

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

Unidade Solicitante:

Diretoria de Contabilidade e Finanças - DICOFIN

Objeto:

Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®)

Finalidade / Objetivo da Contratação:

Promover a capacitação de 03 integrantes da DICOFIN em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando a importância do tema e a fim de aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos, de acordo com a ação estratégica de capacitação da área administrativa.

Fornecedor Selecionado

1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):

RS Pereira Capacitação e Consultoria LTDA

1 - Endereço:

Av. Centenário, 2411. Edf. Empresarial Centenário, Sala 1007, Ondina Salvador Bahia, CEP 40.140-902, Contato: (71) 9 8307-3773

1 - CPF/CNPJ:

41.306.505/0001-66

1 - Valor (R\$):

2241,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

Nome completo:

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Matrícula:

352774

Suplente

Nome completo (suplente):

Diego Peres Gomes Valentim

Matrícula (suplente):

352243

Responsável pelo preenchimento:

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 25/03/2022, às 21:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323676** e o código CRC **4E0E0273**.

Ao Sr. **André Sant'Ana Ribeiro**
M.D Diretor de Contabilidade e Finanças
Ministério Público do Estado da Bahia – MP/Ba

Referência: Proposta Comercial para curso Oficina CASP® (online)

Prezado Senhor.

A RSPEREIRA Capacitação e Consultoria LTDA. vem, por intermédio desse expediente, apresentar a Vossa Senhoria a proposta comercial solicitada para o curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®).

O objetivo do curso é apresentar de forma predominantemente prática, todo o arcabouço da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Orçamento, passando pelos lançamentos típicos do Setor Público, pelo encerramento do exercício, inclusive a inscrição dos Restos a Pagar e, finalmente a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, as DCASP. Partindo de um orçamento simplificado, o Prof. Manuel Filho navega pelos conceitos teóricos e normativos envolvidos ao tema de forma a respaldar a atividade prática, buscando prover o participante do ferramental necessário para a sua atividade diária.

O curso é permeado com exercícios de fixação e um laboratório de contabilização, no formato oficina onde o facilitador e os alunos trabalham juntos.

Colocamo-nos à disposição para outras informações caso necessárias.

Salvador, 25 de março de 2022

Atenciosamente.



Rosana Santos Pereira
CEO, RSPEREIRA Capacitação e Consultoria LTDA
rspereiracapitacao@gmail.com

Av. Centenário, 2411. Edf. Empresarial Centenário, Sala 1007
Ondina – Salvador – Bahia
CEP 40.140-902
Contato: (71) 9 8307-3773

ANEXO

1. A Empresa

A RSPEREIRA Capacitação e Consultoria LTDA. é uma empresa de direito privado com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, criada em 2021 com o objetivo de difundir o conhecimento voltado para a Administração Pública, notadamente o que se refere-se aos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis e de gestão.

Embora seja uma empresa nova no mercado, já conta com algumas experiências exitosas ao oferecer, no formato online (EAD), turmas regulares do curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®), ministrado em todo o Brasil, em formato presencial, pelo Prof. Msc. Manuel Filho.

A empresa conta com um aparato tecnológico moderno possibilitando a propagação dos seus cursos com a qualidade técnica que o mundo moderno exige. Com equipamentos de última geração, os cursos oferecidos em formato EAD, atinge uma qualidade exemplar no que se refere a som e imagem, bem como no que se refere a qualidade dos facilitadores parceiros.

2. Experiência similares

Curso	Detalhes	Área	Clientes	Turma/Mês/Ano
Oficina CASP (online)	Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, predominantemente prático, onde o aluno recebe um alinhamento teórico e aprende a contabilização desde o Orçamento Público, passando pela apuração dos resultados e inscrição de Restos a Pagar, até a elaboração das DCASP (Simplificadas)	Contábil	Prefeitura de Russas - CE Câmara Municipal de Salvador - BA CONDER (Empresa Pública - Estado da Bahia) SEFAZ - Estado do Amapá	Turma 1 - março/2021 Turma 2 - maio/2021 Turma 3 - julho/2021 Turma 4 - outubro/2021
Oficina CASP (online)	Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, predominantemente prático, onde o aluno recebe um alinhamento teórico e aprende a contabilização desde o Orçamento Público, passando pela apuração dos resultados e inscrição de Restos a Pagar, até a elaboração das DCASP (Simplificadas)	Contábil	Turma <i>in company</i> para o Estado do Maranhão (SEPLAN)	Turma 4 - março/2021
Oficina Notas Explicativas às DCASP (presencial)	Curso conceitual e prático relativo às Notas Explicativas às DCASP, onde além do aluno analisar a adequação das Notas Explicativas de alguns entes da Federação às Normas Contábeis, ele desenvolve as notas explicativas de um ente específico com uso de um checklist.	Contábil	Turma presencial para o Estado do Amapá envolvendo a SEFAZ, o TJAP e a Controladoria Geeral do Estado.	Turma 1 - dezembro/2021

3. Principal facilitador e responsável técnico

Manuel Roque dos Santos Filho, Msc.

Av. Centenário, 2411. Edf. Empresarial Centenário, Sala 1007
Ondina – Salvador – Bahia
CEP 40.140-902
Contato: (71) 9 8307-3773

Contador, Mestre em Contabilidade, professor, atua na área pública há mais de 18 anos. Atualmente, é Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e exerce o cargo de Contador-Geral do Estado desde 2013.

Membro do Comitê Permanente para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade, o CP CASP, que atua no processo de convergência das normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público às Normas Internacionais, as IPSAS. Assessor técnico da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação, a CTCONF e membro da Comissão de estudos de assuntos relacionados ao setor público do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia – CRC/BA.

Com larga experiência na área acadêmica, foi o criador do Projeto Oficina CASP®, registrada na Biblioteca Nacional (RJ) no Escritório de Direitos Autorais – EDA. Registro: 796.807 / Livro: 1.548 / Folha: 206.

4. O Curso

O atual cenário da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é marcado pela convergência das normas brasileiras às normas internacionais para esse setor, as IPSAS. Estar alinhado a essas mudanças tornou-se fundamental para o desenvolvimento das habilidades contábeis no escopo das novas regras que regem a profissão.

Para estar conectado a esse cenário, faz-se necessário o aprimoramento contínuo de nossas competências, entretanto esse aprimoramento precisa estar focado na tradução prática daquilo que as novas normas estabelecem.

O curso Oficina CASP® é uma oportunidade única de alcançar esse alinhamento entre a teoria normativa e a sua aplicabilidade prática. Com uma sistemática de ensino predominante prática (70% da carga horária é prática) o aluno executa juntamente com o facilitador, os lançamentos típicos do Setor Público desde o orçamento até a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP.

Neste curso ministrado pelo Prof. Msc. Manuel Filho, você percorrerá os principais estágios da contabilidade pública e, com isso terá conhecimento suficiente para se destacar na gestão pública.

A Oficina CASP® tem o objetivo propiciar ao participante o contato com conhecimentos atualizados sobre o tema principalmente no que se refere às novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP, em consonância com as Normas Internacionais, as IPSAS.

4.1 Benefícios do curso Oficina DCASP.

- 1) Dominar o processo de contabilização do orçamento público.
- 2) Alcançar clareza nos principais atos e fatos contábeis do Setor Público e a sua contabilização.
- 3) Conseguir compreender de forma prática o processo de apuração do resultado do exercício, inclusive a inscrição dos Restos a Pagar.
- 4) Aprender a elaborar e interpretar as Demonstrações Contábeis do Setor Público com facilidade.

4.2 Quem deveria participar.

Este curso foi projetado para profissionais da administração pública que atuam nos setores financeiro e contábil, bem como para outros profissionais que atuam em outras áreas do Setor Público e desejam ingressar nesse setor. Os cursos são indicados também para profissionais que, mesmo sem estarem atuando diretamente na área pública, possui o interesse em adentrar nesse fascinante universo.

4.3 Conteúdo programático

- 1 - Aspectos Constitucionais e Normativos da CASP:
 - 1.1 - Aspectos Constitucionais e legais (CF/88, Lei 4.320/64 e LRF)
 - 1.2 - Aspectos Normativos (IPSAS e as NBC TSP)
 - 1.3 - Aspectos Práticos (MCASP e IPC)
- 2 - Aspectos conceituais e implicações contábeis da CASP:
 - 2.1 - Receita Orçamentária.
 - 2.2 - Despesa Orçamentária.
 - 2.3 - Ingressos e Dispendios Extraorçamentários.
 - 2.4 - Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores.
 - 2.5 - O Patrimônio Público e seus efeitos contábeis.
- 3 - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP:
 - 3.1 - Aspectos introdutórios.
 - 3.2 - Aspectos operacionais.
- 4 - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP:
 - 4.1 - Estruturação.
 - 4.2 - Aspectos práticos.
- 5 - A CASP na prática - modelo oficina (facilitador e alunos fazendo juntos).

Av. Centenário, 2411. Edf. Empresarial Centenário, Sala 1007
Ondina – Salvador – Bahia
CEP 40.140-902
Contato: (71) 9 8307-3773

5. Material didático oferecido

O aluno terá direito ao Certificado e material de apoio em PDF contendo:

- Programa do curso
- Slides
- Exercícios
- Atividade prática
- Certificado de Conclusão (se atingir 70% ou mais da carga-horária)

6. Proposta

Período: 7, 8, 11, 12 e 13/04/2022
Horário: das 19h às 22h.
Carga horária: 15 h/a
Local: online (Plataforma Zoom Meeting™)

Investimento: R\$ 747,00 (setecentos e quarenta e sete reais), **por participante**.

Na inscrição de 5 (cinco) ou mais alunos, o ente público ganha 10% de desconto no total.

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias.

Atenção: A inscrição só será confirmada após a emissão da Nota de Empenho com a assinatura do Ordenador de Despesa.

7. Informações

Razão Social: RS Pereira Capacitação e Consultoria LTDA.

CNPJ: 41.306.505/0001-66

Dados Bancários:

Banco: 756 – Bancoob/Sicoob

Agência: 3292

Conta Corrente: 7.750-0

PIX: 41.306.505/0001-66



Rosana Santos Pereira
CEO, RSPEREIRA Capacitação e Consultoria LTDA

Av. Centenário, 2411. Edf. Empresarial Centenário, Sala 1007
Ondina – Salvador – Bahia
CEP 40.140-902
Contato: (71) 9 8307-3773



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 41.306.505/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:58:14 do dia 05/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2022.

Código de controle da certidão: **E1BD.6AEE.F2BE.BF23**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20221438680**

RAZÃO SOCIAL	
RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	41.306.505/0001-66

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 25/03/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 41.306.505/0001-66

Razão Social: RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA

Endereço: AV CENTENARIO 2411 EMP CENTENARIO 1007 / ONDINA / SALVADOR /
BA / 40140-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/03/2022 a 17/04/2022

Certificação Número: 2022031906312152852231

Informação obtida em 25/03/2022 21:37:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador

Secretaria Municipal da Fazenda
Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC
PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa
Certidão Negativa de Débitos Mobiliários

Inscrição Municipal: 793.452/001-11
CNPJ: 41.306.505/0001-66

Contribuinte: RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA
Endereço: Avenida Centenário, Nº 2411
EMPRESARIAL CENTENARIO SALA 1007
BARRA
40.140-902

Certifico que a inscrição acima está em situação regular, até a presente data, ressaltando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/2006.

Emissão autorizada as 21:35:19 horas do dia 25/03/2022.
Válida até dia 23/06/2022.

Código de controle da certidão: **B230.CF53.F5C2.EB57.4633.CB91.3C6E.80DF**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 41.306.505/0001-66

Certidão nº: 9725471/2022

Expedição: 25/03/2022, às 21:26:53

Validade: 21/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **41.306.505/0001-66**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
Escritório de Direitos Autorais

Certidão de Registro ou Averbação

Nº Registro: 796.804 Livro: 1.548 Folha: 206

ATIVIDADE PRÁTICA - OFICINA CASP
Didático

Protocolo do Requerimento: 2018RJ17584.

13 página(s)

Obra não publicada.

OBS.: A proteção do direito autoral recai sobre a literalidade da obra apresentada a registro, excetuada(s) a(s) ideia(s) e/ou proposta nela expressa(s).


Dados do Requerente

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO (Autor(a))

CPF - 507.423.105-15

Para constar lavra-se o presente termo nesta cidade do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 2018, que vai por mim assinado.

O referido é verdade e dou fé.

 Igor Calaça Martins
Coordenador
Mat. SIAPE: 2062005

Maria Regina Sales
Técnica em Promoção e Divulgação Cultural
Escritório de Direitos Autorais - FEB
Mat. SIAPE: 224560



ATENÇÃO: AO FINAL DO PREENCHIMENTO, EXCLUIR AS OBSERVAÇÕES EM VERMELHO

1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto	
	<i>Contratação de empresa para ministrar o Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP) para 03 integrantes da DICOFIN, com o objetivo do curso e apresentar de forma predominantemente pratica, todo o arcabouço da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Orçamento, passando pelos lançamentos típicos do Setor Público, pelo encerramento do exercício, inclusive a inscrição dos Restos a Pagar e, finalmente a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, as DCASP.</i>	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO	(X)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	()	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIV A: NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	A necessidade de promover a capacitação de 03 integrantes da DICOFIN em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando a importância do tema e a fim de aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos, de acordo com a ação estratégica de capacitação da área administrativa, sendo ministrado nos dias 7, 8, 11, 12 e 13/04/2022, das 19h as 22h.	
1.4 JUSTIFICATIV A: DA INVIABILIDADE E DE COMPETIÇÃO	O Curso Oficina CASP, é modelo exclusivo, registrado na Biblioteca Nacional (RJ) no Escritório de Direitos Autorais – EDA. Registro: 796.807 / Livro: 1.548/ Folha: 206, e trata-se de capacitação realizada	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

() SIM

(X) NÃO

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRI S

ESCOLHER UMA
OPÇÃO*
(Marcar com
X):

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

**2.1
INDICAÇÃO DO
DISPOSITIVO
LEGAL EM QUE
SE ENQUADRA
A HIPÓTESE
DE
CONTRATAÇÃO**
ESCOLHER UMA
OPÇÃO*
(Marcar com
X):

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(X)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

**3.1 REGRAS DE
FORMALIZAÇÃ
O
CONTRATUAL**

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

() A SIM

(X) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

**3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL**

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário

(X) Empreitada por preço global

() Outro:



3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

- 05 dias () Úteis (x) Corridos.
- Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 10 dias (x) Úteis () Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(X)
)

A) NÃO

(
)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até _____ dias () Úteis () Corridos

**3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL**

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O Curso será ministrado no formato Educação à Distancia - EAD

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
(x) A) NÃO () B) SIM
- Unidade responsável:
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (____) _____ e
_____@mpba.mp.br
- Dias para realização da entregados serviços:
- Horários para execução:
- Condições especiais adicionais:



**3.3 GARANTIA
DO OBJETO**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
(**Marcar com
X**):

(**X**)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

()

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

- **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
 - () A) CONTRATADA (Regra geral)
 - () B) FABRICANTE (Exceção)
 - Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):
- **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
 - () A) 01 ANO
 - () B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)
 - () C) OUTRO. Especificar:
- **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
 - () A) _____ HORAS () Úteis () Corridas
 - () B) _____ DIAS () Úteis () Corridos
- **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
 - () A) SIM
 - () B) NÃO
- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
 - () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 10 dias (x) Úteis
() Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 05 dias (x) Úteis
() Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Diretoria de Contabilidade e Finanças – DICOFIN

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x) A) NÃO SE APLICA

() B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas
() _____ DIAS () Úteis () Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº

**3.4
CONDIÇÕES E
RESPONSÁVEIS
PELO
RECEBIMENTO**



9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.5
POSSIBILIDADE
E OU NÃO DE
SUBCONTRATA
ÇÃO**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(*Marcar com
X*):

(X)
)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

(
)

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

**3.6
CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**

**3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO
(*Marcar com X*):**

(X)
)

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

(
)

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

(
)

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

(
)

C) PAGAMENTO MENSAL

(
)

D) OUTRA:

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(
)

A) NÃO SE APLICA



(X) **B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: *Certificado de conclusão dos participantes juntamente com a Nota Fiscal***

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

**3.7
POSSIBILIDADE
E OU NÃO DE
REAJUSTAMEN
TO, COM
INDICAÇÃO DE
ÍNDICE
OFICIAL**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
**(Marcar com
X):**

(X) **A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X):**

() A) INPC/IBGE

() B) OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X
)

() **Opção 1:** _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(x) **Opção 2:** **10** dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(
)

() **Opção 1:** _____ meses, contados a partir de(a) -

ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

() **Opção 2:** _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

- Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X
)

A) NÃO



(**B) SIM.** Justificativa:

**3.9
OBRIGAÇÕES
DA
CONTRATADA***

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressaltando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(☒) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

(☐) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE *

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

**3.11
INDICAÇÃO
SOBRE A
NECESSIDADE
DE GARANTIA
CONTRATUAL,
COM
PERCENTUAL**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
**(Marcar com
X):**

☐ **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

☒ **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**

☐ **C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.** Regras:

- Percentual exigido:
☐ 5% (cinco por cento) **OU** ☐ Outro. Indicar: _____ %
(_____ por cento)
- Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

NADA CONSTA
PRENCHIDO ITEM 1.2 A DO TR



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2022
Código do PAOE igual a 1109
Código da Unidade Gestora igual a 3

Exercício:	2022														
Esfera:	F - Fiscal														
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE														
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência														
Unidade Gestora:	0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público														
Função:	03 - Essencial à Justiça														
Subfunção:	122 - Administração Geral														
Programa de Governo:	324 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania														
PAOE:	1109 - Implementação de Prática de Gestão Administrativa no Ministério Público														
Região:	9900 - Estado														
Objetivo do PAOE:	Implementar práticas de gestão administrativa, através da adoção de estratégia inovadora e participativa, para fortalecer o processo de modernização no Ministério Público														
Produto:	1511 - Prática de gestão administrativa implementada														
Quantidade Prevista:	3,00 unidade														
Quantidade Atual:	3,00 unidade														
Natureza	Destinação	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
33903900	0.100.000000	Normal	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Região	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
PAOE	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza	Destinação	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
Programa	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
UO	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Órgão	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Geral	Total do Tesouro		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

A Diretoria Administrativa - UG 40101-0003,

O presente expediente refere-se a contratação de empresa especializada por inexigibilidade de licitação, visando a capacitação de 03 integrantes da Diretoria de Contabilidade e Finanças - DICOFIN no Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®), cuja finalidade é a de promover o aperfeiçoamento em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando a importância do tema e a fim de aprimorar os trabalhos desenvolvidos, de acordo com a ação estratégica de capacitação da área administrativa. No processo foi acostada toda a documentação relacionada a contratação.

A proposta comercial detalhada consta em documento 0323675, e o valor da despesa será de R\$ 2.241,00, referente a 03 inscrições de R\$ 747,00 cada uma.

O PAOE relacionado a ação estratégica é o 1109 - Implementação de Prática de Gestão Administrativa no Ministério Público, cujo saldo atual é de R\$ 100.000,00 (documento SEI 0323687).

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Diretor de Contabilidade e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 25/03/2022, às 22:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323684** e o código CRC **35AB35FB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária para informações do saldo orçamentário.

MARIA AMALIA BORGES FRANCO
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 28/03/2022, às 20:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323897** e o código CRC **6A83DD28**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

4.239.674,69

Natureza da Despesa:

33.90.39.00

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

02/2022-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 29/03/2022, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0325367 e o código CRC 172F35A6.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Segue informações orçamentárias, conforme consulta ao FIPLAN/PLAN60, para autorização da despesa conforme documento 0323676:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Saldo de dotação:

Saldo disponível: 4.239.674,69



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 29/03/2022, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0325370** e o código CRC **764C826B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa,

Tendo em vista a conformidade do processo e a existência de saldo orçamentário, encaminhe-se o presente expediente para análise e parecer jurídico acerca da inscrição de 03 integrantes da DICOFIN no curso de capacitação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que será ministrado pela instituição RS Pereira Capacitação e Consultoria LTDA.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 30/03/2022, às 10:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0325631** e o código CRC **DC2A17D4**.



PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.02351.0006563/2022-65

INTERESSADA: DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. INSCRIÇÃO EM CURSOS E CONGRESSOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 60, INCISO II E § 2º, C/C ART. 23, INCISO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELO DEFERIMENTO.

PARECER Nº. 217/2022

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, em favor da RS Pereira Capacitação e Consultoria Ltda., no valor de R\$ 2.241,00 (dois mil e duzentos e quarenta e um reais), visando à inscrição de 03 (três) servidores da Diretoria de Contabilidade e Finanças deste Ministério Público, no Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP), a ser realizado online e ao vivo, nos dias 07, 08, 11, 12 e 13 de abril de 2022.

As despesas correrão por conta da Atividade 2000, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário total disponível é de R\$ 4.239.674,69 (quatro milhões duzentos e trinta e nove mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Instruem o pedido: termo de referência, justificativa para a contratação, proposta comercial, programa do evento e documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica a ser contratada, além de outros documentos relativos à avença.

Manifesta-se a unidade responsável, *in verbis*:

“(...) A necessidade de promover a capacitação de 03 integrantes da DICOFIN em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando a importância do tema e a fim de aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos, de acordo com a ação estratégica de capacitação da área administrativa (...)”

O art. 60, II, e § 2º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, dispõe:

Art. 60 – É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O art. 23, VI, da mesma Lei, complementa:

Art. 23 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Vislumbra-se no caso a presença dos pressupostos da inexigibilidade de licitação elencados pela lei: *a necessidade de um serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e prestado por empresa de notório gabarito*. Trata-se de orientação diferenciada, em relação ao convencional ou rotineiro de mercado, não baseada em métodos padronizados de ensino.

Ante a impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos de comparação entre diferentes metodologias e programas de treinamento, dá-se a inviabilidade de competição requerida pela Lei.

Vale destacar, ainda, que, na presente hipótese, trata-se de curso aberto, cujo valor é aplicado uniformemente a todos aqueles que desejem participar do curso, razão pela qual resta justificado o preço.

Verificando que a hipótese atende aos requisitos legais sobre o tema, **esta Assessoria Jurídica é favorável à contratação por inexigibilidade de licitação pleiteada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 01 de abril de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula 351.869

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula 352.748



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 01/04/2022, às 17:10, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 01/04/2022, às 17:12, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0328688** e o código CRC **BDC6876E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 217/2022 e autorizo a inexigibilidade de licitação, em favor da empresa **RS Pereira Capacitação e Consultoria Ltda**, no valor total de **R\$ 2.241,00 (dois mil duzentos e quarenta e um reais)**, visando a **inscrição de 03 (três) servidores da Diretoria de Contabilidade e Finanças** deste Ministério Público, no **Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP)**.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamentos de Contratos e Convênios para ciência e adoção das providências cabíveis.

Frederico Wellington Silveira Soares.
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 05/04/2022, às 10:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0330043** e o código CRC **4F4DA156**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ **41.306.505/0001-66**, e de sua respectiva sócia, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0331757), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 06/04/2022, às 07:46, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0331756** e o código CRC **401252BE**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/04/2022 15:55:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA**
CNPJ: **41.306.505/0001-66**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Sistema do Portal da Transparência está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Sistema do Portal da Transparência está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ROSANA SANTOS PEREIRA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:56:11 do dia 05/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 6A9W050422155611

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/04/2022 às 15:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 41.306.505/0001-66.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 624C.90E2.6B04.1994 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/04/2022 às 15:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 624C.90EC.EF79.F004 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 41306505000166

LIMPAR

Data da consulta: 05/04/2022 15:55:37

Data da última atualização: 02/04/2022 10:15:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 41306505000166

LIMPAR

Data da consulta: 05/04/2022 15:30:39

Data da última atualização: 02/04/2022 10:15:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	INÍCIO DA VIGÊNCIA DA SANÇÃO	FIM DA VIGÊNCIA DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica

CPF/CNPJ: 41306505000166

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)

Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, constituída pela Portaria nº 24/2020, expedida pela Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 29/01/2020, com fulcro nos artigos 53 e 117 da Lei Estadual/Ba nº 12.209/11, resolve INTIMAR a representante legal da empresa RMR SERVIÇOS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.365.464/0001-02, na forma do artigo 117 da Lei Estadual/Ba nº 12.209/11, para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de publicação deste ato, tendo em vista os fatos constantes no processo administrativo SIMP nº 003.0.41028/2019, referente a possíveis faltas administrativas praticadas no Pregão Presencial nº 08/2019 do Ministério Público do Estado da Bahia, para a prestação de serviços gráficos de comunicação visual. A empresa está sendo acusada de ter praticado ilícito administrativo, consubstanciado na recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, conforme definido no dispositivo editalício e no próprio contrato. Tal conduta, em tese, está tipificada como ilícito administrativo, conforme prevê o art. 184, inciso VI, da Lei Estadual/Ba nº 9.433/05, podendo ensejar na aplicação das penalidades legais previstas no art. 186 da mesma Lei Estadual. A cópia digital do Processo Administrativo, com todos os documentos juntados aos autos até a presente data, pode ser requerida através do e-mail do Presidente da Comissão: andre.niemeyer@mpba.mp.br, assim como, a peça de alegações finais deve ser enviada para o mesmo e-mail. Salvador, 05 de abril de 2022.

André Goes Niemeyer
Presidente da Comissão Processante

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo: 19.09.02351.0006563/2022-65. Inexigibilidade de licitação nº 002/2022 - DADM. Parecer Jurídico: 217/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa RS Pereira Capacitação e Consultoria Ltda, CNPJ nº 41.306.505/0001-66. Objeto da contratação: inscrição de 03 (três) servidores da Diretoria de Contabilidade e Finanças do Ministério Público do Estado da Bahia no Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP), a ser realizado online e ao vivo. Valor total: R\$ 2.241,00 (dois mil e duzentos e quarenta e um reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Base Legal: art. 60, inciso II da Lei Estadual/Ba nº 9.433/2005.

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo: 19.09.45340.0004767/2022-76. Inexigibilidade de licitação nº 004/2022 – CEAF. Parecer Jurídico: 218/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia – APADA, CNPJ nº 42.171.207/0001-79. Objeto da contratação: realização de Curso de Libras Básico, na modalidade à distância, para 150 (cento e cinquenta) servidores do Ministério Público do Estado da Bahia. Valor total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0007 – Ação (P/A/OE) 3594 – Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Base Legal: art. 60, inciso II da Lei Estadual/Ba nº 9.433/2005.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

INQUÉRITOS CIVIS / PROCEDIMENTOS:

Publicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 089.9.161959/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Condeúba, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 20 da Resolução n. 06/2009, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (redação atribuída pela Resolução n. 01/2013) e do art. 9º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, vem, por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar, comunicar a PRORROGAÇÃO, pelo prazo de 01 (um) ano, do Inquérito Civil nº 089.9.161959/2018, o qual visa apurar a existência de contratações irregulares de servidores públicos no âmbito da Prefeitura de Piripá/BA, tendo em vista a necessidade de realização de novas diligências. Condeúba, 25 de março de 2022.

GUIOMAR MIRANDA DE OLIVEIRA MELO
PROMOTORA DE JUSTIÇA - 3a SUBSTITUTA

Publicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 089.9.208198/2019

A Promotoria de Justiça da Comarca de Condeúba, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 20 da Resolução n. 06/2009, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (redação atribuída pela Resolução n. 01/2013) e do art. 9º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, vem, por meio deste Edital, a todos quantos possa interessar, comunicar a PRORROGAÇÃO, pelo prazo de 01 (um) ano, do Inquérito Civil nº 089.9.208198/2019, o qual visa apurar possíveis ilícitos decorrentes da não prestação de contas do Programa TOPA, pelo Município de Piripá, no ano de 2013, tendo em vista a necessidade de realização de novas diligências. Condeúba, 25 de março de 2022.

GUIOMAR MIRANDA DE OLIVEIRA MELO
PROMOTORA DE JUSTIÇA - 3a SUBSTITUTA



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2022 - DADM no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.073 do dia 06/04/2022 para providências cabíveis, tendo em vista a autorização da despesa pelo Superintendente de Gestão Administrativa em 05/04/2022, conforme despacho 0330043.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 06/04/2022, às 07:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0332110** e o código CRC **6D4B3FE3**.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.22.0000090-5
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60	Objeto: Capacitação de 03 integrantes da Diretoria de Contabilidade e Finanças - DICOFIN no Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®, conforme SEI nº 19.09.02351.0006563/2022-65, Inexigibilidade nº 02/2022-DADM)
Data do Cadastro: 06/04/2022	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030118
Valor da SRD (R\$) *** 2.241,00	DOIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA E UM REAIS *** ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	2.241,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	-7.273.545,81	2.241,00	-7.275.786,81



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.22.0000074-9	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Ordem de Execução de Serviço		Número da LID: 40101.0003.22.0000080-3		Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60	
Objeto: Capacitação de 03 integrantes da Diretoria de Contabilidade e Finanças - DICOFIN no Curso Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP®, conforme SEI nº 19.09.02351.0006563/2022-65, Inexigibilidade nº 02/2022-DADM)					
Data Celebração: 05/04/2022		Data Publicação no DOE: 06/04/2022		Nº do Instrumento no SIGAP: Nº do Contrato/Convênio:	
Data Início: 07/04/2022		Data Término: 13/04/2022		Nº SRD: 40101.0003.22.0000090-5	
Situação: Ativo					
Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM					
Responsável pela UA: MARIA AMÁLIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 7131030118	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 2.241,00				DOIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA E UM REAIS *** ** *** **	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	2.241,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2021081162		
Nome:	RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA		
CPF/ CNPJ:	41.306.505/0001-66	Insc. Estadual:	
Responsável no Credor:	RS PEREIRA CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA	E-mail Responsável:	

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	GERAL	2.241,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	13/04/2022	2.241,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Inexigibilidade de Licitação, ressaltando que já foi feito por essa Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa o lançamento do Instrumento no **FIPLAN** para empenho futuro.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 06/04/2022, às 09:08, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0332196** e o código CRC **A2862687**.